In: Três Continentes [Lisboa], Nº 3 Setembro 1980

o marxismo de Samora

Comunicação apresentada ao Congresso de Sociologia, em Upsala, Suécia.

por Aquino de Bragança

COMO A LUTA ARMADA SE TORNOU REVOLUÇÃO, TAL COMO "UM RIO QUE, À MEDIDA QUE AVANÇA, ENGROSSA INCORPORANDO NOVAS FORÇAS E ATIRA PROGRESSIVAMENTE PARA AS MARGENS AS IMPUREZAS QUE TRANSPORTA".

A histórica independência do Ghana, a 6 de Março de 1957, seguida de uma cascata de independências na África subsariana, durante os anos 1958-1962, não fará soprar sobre o império africano de Portugal o vento da mudança esperado.

Mesmo se o Portugal de Salazar, que, segundo as suas próprias palavras, continua "**orgulhosamente só**" não passar de um país colonizado/colonizador, o subtil jogo de báscula dos anos 1930 assegurou finalmente uma relativa autonomia à classe dirigente em relação ao capitalismo internacional.

A burguesia portuguesa, na fase de desenvolvimento em que se encontra, já não pode passar sem as suas colónias africanas. Constituem para ela, não só reservas "protegidas" de matérias-primas, mas também uma válvula de segurança susceptível de reabsorver o seu próprio excedente camponês.

Todavia, o sopro libertador das descolonizações britânica e francesa vai estimular os sentimentos nacionalistas dos colonizados africanos de Portugal. Eles tomam agora consciência, graças ao exemplo dos irmãos independentes, da sua capacidade em governar-se a si mesmos. A única questão continua a ser a escolha dos meios de libertação e o conteúdo a dar à futura independência.

Cerca do final dos anos 1950, os protestos em Moçambique revestem a forma de reivindicações populares e são brutalmente reprimidos pelas forças da ordem. Os que vivem no exílio (meio milhão nos países fronteiriços) fazem, enquanto esperam o regresso ao país, a sua aprendizagem política junto dos movimentos anticolonialistas que se preparam, na legalidade, para se substituirem ao ocupante colonial.

Surgem assim três mini-formações nacionalistas de carácter regional, a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) na Rodésia do Sul, a Mozambique African National Union (MANU) no Quénia, e a União Nacional de Moçambique Independente (UNAMI) no Malawi. Com a independência do Tanganica em 1962, a UDENAMO, a MANU e a UNAMI transferirão a sua sede para Dar es-Salaam onde, à frente do novo Estado independente, se encontra um panafricanista convicto: Julius Nyerere. Incita-os a unificarem os seus esforços, mas os Moçambicanos estão divididos sobre questões fúteis que relevam de um nacionalismo primário fanático.

Mas o movimento anticolonialista vai sair deste impasse graças ao Dr. Eduardo Mondlane, que se encontra em Dar es-Salaam e se impõe rapidamente como o unificador necessário. Graças também aos "**nacionalistas do interior**", que abandonam clandestinamente o país para se lhe juntarem, Mondlane, com efeito, já desempenhou o papel de um verdadeiro catalisador da consciência nacional por altura da sua curta visita a Moçambique, em Junho de 1961, após dez anos de exílio voluntário. O regresso ao país do primeiro universitário negro de Moçambique — doutor em sociologia por uma universidade americana e alto funcionário da ONU — desagradará tanto mais às autoridades coloniais quanto Portugal acaba de ser condenado pelas instâncias internacionais pela sua sangrenta repressão em Angola.

Cenas da guerra de libertação em Moçambique

Mondlane encontrou aí os diversos grupos proto-nacionalistas, **muitas vezes anónimos e clandestinos** — que lhe pediram que tomasse a direcção do movimento. Encorajou-os a unirem-se na base de uma plataforma comum simples: o combate contra o inimigo comum, o Portugal de Salazar. E aconselhou-os a esperarem o momento oportuno a fim de passarem à acção directa. Fortalecido com o apoio de Nyerere, encorajado pelo ghanense Nkrumah e secundado pela CONCP, organismo coordenador das forças nacionalistas das colónias portuguesas — que o moçambicano Marcelino dos Santos então dirige —, Mondlane irá convencer os dirigentes da MANU, da UDENAMO e da UNAMI a esquecerem as suas querelas. Nasce assim em Dar es-Salaam, em Junho de 1962, com Mondlane à cabeça, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), primeiro movimento nacionalista moderno deste país.

AS MASSAS DESERDADAS

O combate entre o colonialismo português e os seus aliados ocidentais conhecerá altos e baixos. A sua linha política definir-se-á na prática e aprofundar-se-á por saltos qualitativos sucessivos até eliminar os "**novos exploradores**" nascidos no seu seio, a fim de assumir inteiramente, em 1969, os interesses das massas deserdadas do país. É então que a luta armada se transformará em Revolução como "**um rio que, à medida que avança, engrossa incorporando novas forças e atira progressivamente para as margens as impurezas que transporta**" (Samora Machel).

Não se trata de traçar aqui o histórico deste combate contra a "**noite colonial**" mas de nos interrogarmos sobre o seu desenvolvimento irregular, sobre as crises periódicas que culminam na radicalização e na tomada de consciência da luta de classes e permitem a emergência de um pensamento marxista em Moçambique.

Duas linhas "antagónicas" coabitam no seio da FRELIMO e dividem a organização desde a sua criação: os "**nacionalistas do exterior**", durante muito tempo separados do país, defendem a "**retomada do diálogo com a metrópole colonial**" e apelam para que a ONU "**faça pressão sobre o governo de Lisboa**" a fim de o levar a conceder a independência a Moçambique. Por outro lado, o grosso dos "**militantes do interior**", que se juntam à FRELIMO depois da sua criação, conhecem a situação real do país e alinham, pelo contrário, com as teses de Mondlane.

Para o presidente da FRELIMO, a repressão das greves múltiplas e o massacre dos camponeses de Mueda, a 16 de Junho de 1960, esgotaram qualquer oportunidade de resolução de reivindicações reformistas. Salazar, segundo as suas próprias palavras, "**não pode**", pior "**não quer**", descolonizar o seu império.

Só a "**guerra necessária**", uma "**guerra popular**", dizem então os dirigentes da FRELIMO, poderá "**arrancar**" a independência. A grande maioria dos pais fundadores da FRELIMO desertará do combate na véspera do desencadear da luta armada, em Setembro de 1964. O seu horizonte cultural não os tinha predisposto "psicologicamente" para esta nova fase, cuidadosamente preparada.

Cerca de duzentos e cinquenta combatentes são escolhidos pessoalmente por Mondlane, que tem em conta ao mesmo tempo a diversidade étnica e o prestígio nos meios tradicionais. O seu treino militar tem lugar na Argélia, que acaba de arrancar a sua independência na sequência de uma longa guerra de guerrilha. De regresso à Tanzânia, estes combatentes treinam por sua vez outros homens.

Mas o combate será "**longo e difícil**". É pois preciso, além disto, "**educar, organizar, mobilizar, armar todo o povo**", "**fazê-lo participar no combate**", fazê-lo tomar consciência dos "**objectivos**

imediatos e longínquos da Revolução". Eis o que é sublinhado por um órgão da Frente na véspera do desencadear do combate armado, em Maio de 1964.

Durante muito tempo, com efeito, o "**militantismo**" e o "**patriotismo**" dos Moçambicanos eram considerados em função do "**grau de pigmentação**" da sua pele, os militantes e os patriotas verdadeiros eram os Negros. Os "**outros**", fossem quais fossem as suas tarefas e a maneira como delas se desempenhavam, "**eram considerados como inimigos, como lacaios**", dirá Samora Machel no seu relatório ao III Congresso, em Fevereiro de 1977. Quem são portanto os inimigos se não podem ser definidos pela sua raça, pela côr da sua pele?

Desde a sua criação, a FRELIMO dá a esta pergunta uma resposta original. Dado que, segundo Samora, não há "**nem bons nem maus colonialistas**", o inimigo a abater é o "**sistema colonial-fascista**" e não o "**povo português**", vítima ele também da opressão fascista.

Ao precisar no seu 1º Congresso (23-28 de Setembro de 1964) que fixou por tarefa "**pôr fim à exploração do homem pelo homem**" pela liquidação das relações capitalistas e imperialistas no país, a FRELIMO tinha definido estrategicamente o inimigo em termos de classe.

É com o desencadear da luta armada e as novas contradições que vai suscitar no seio da sociedade colonial que as respostas se vão encontrar.

A insurreição geral é desencadeada a 25 de Junho de 1964, no Norte interior de dominante camponesa. As bases estão no interior, praticamente inacessíveis. Esta ofensiva interna vai surpreender "**desagradavelmente**" o ocupante, que estava preparado para um ataque das fronteiras. A partir de 1966, a FRELIMO "controla" mais de um quinto do território nacional e uma população de cerca de 800.000 habitantes. Esta situação militarmente apreciável tem além do mais um conteúdo qualitativo novo. Mas a vitória sobre o inimigo vai dividir as instâncias dirigentes do movimento nacionalista sobre a natureza da "**nova ordem**" a estabelecer progressivamente nas regiões arrancadas ao ocupante.

Este combate difícil, a luta surda entre "reformistas" e "revolucionários" vai durar quatro longos anos, arriscando bloquear a "**longa marcha da guerrilha**" do Norte para o Sul.

O Comité Central, reunido em 1967, por recomendação do responsável do Departamento da Defesa Samora Moisés Machel, vai tomar as medidas adequadas para pôr termo a esta crise crescente. Os comités provinciais, novos órgãos de poder, são criados. Têm por tarefa:

1 — subordinar à luta armada — momento eminente da luta política — todas as actividades civis da organização;
2 — centralizar a tomada de decisão à escala provincial.

Mas estas decisões são acolhidas friamente pelos "chairmen" macondes de Cabo Delgado, onde a luta armada atingiu um nível muito alto.

"Mzee" (velho) Lazaro N'Kavandame, membro do Comité Central, ocupa aí desde o início da guerrilha o cargo de secretário provincial (cúpula da hierarquia política) e é responsável pelo departamento do Comércio. Recebe o apoio "dis-

Jovem guerrilheira da FRELIMO

simulado" de Uria Simango que, desde a criação da FRELIMO, conluia para se assegurar da direcção do movimento. O vice-presidente diz-se adepto de um combate armado contra o ocupante mas não quer que esta questão seja posta em "**termos ideológicos de classe**". "**Escolher entre o socialismo e o capitalismo não deve dividir-nos**", afirma, "**porque não existe classe capitalista indígena** (e), **mesmo se existisse, não seríamos suficientemente fortes para combater ao mesmo tempo os portugueses, seus aliados, e uma eventual burguesia nacional**".

N'Kavandame relança então o seu velho projecto de mandar atacar os centros urbanos — ainda sob o controlo do inimigo — a fim de libertar completamente "a sua" província natal para eventualmente proclamar uma independência restrita.

Como compreender esta posição irredutível do "velho" N'Kavandame? Ignora ele que a força de fogo do inimigo não se pode comparar com as armas de que a guerrilha dispõe? Trata-se muito simplesmente de uma fuga para a frente que visa defender a sua posição pessoal — uma situação de facto de **patrão** e de **gestionário de bens vagos** deixados pelo ocupante, como afirmam os seus jovens maconde, os políticos-militares da província, que o desacreditaram por várias vezes afirmando, em 1966, que "**o combate contra o tribalismo e o regionalismo é tão importante como o combate contra o ocupante**"?

A luta armada vai ter por consequência deslocar gradualmente o lealismo na sociedade tradicional. Segrega homens de tipo novo formados por e na acção directa contra o ocupante. O seu poder emana do facto de pertencerem ao povo,

O "velho N'Kavandame" foi até à traição

do seu domínio das armas modernas, do seu conhecimento da estratégia das guerras populares, forjado pela luta e pela prática da produção colectiva. O seu ascendente sobre as massas camponesas que "**protegem**" contra as exacções do exército de ocupação eclipsa pouco a pouco o prestígio dos "**notáveis**" oriundos da sociedade tradicional (**chairmen**). Estes uniram-se à FRELIMO depois do seu nascimento e detêm ainda cargos de responsabilidade nas estruturas políticas criadas em 1962 — nomeadamente em Cabo Delgado e no Niassa. A ascensão dos jovens, que estão todavia à altura de assumir a direcção do movimento, é assim bloqueada pelos velhos, investidos da autoridade formal e que esperam preencher o vazio deixado pelo ocupante e recolher a herança colonial. É a ala **reformista** que se prepara, como algures em África, para se substituir ao ocupante ao mesmo tempo que quer "**manter intacta a máquina político-administrativa colonial**" (comunicado do Comité Central de Maio de 1970). Em suma, é a crise da gerontocracia tradicional — o pôr de novo em questão pela "jovem geração armada" uma sociedade hierarquizada e elitista sobre-determinada por um conflito de classes que opõe os "**novos exploradores**" nativos — que se preparam para reproduzir o sistema, "**purgado**" dos colonialistas e dos capitalistas expulsos pela guerrilha — aos explorados africanos negros.

DUALIDADE DE PODERES

Mondlane e os seus próximos colaboradores compreendem perfeitamente a complexidade das mutações que surgem na sociedade moçambicana em guerra. A dualidade de poderes que opõe os "**políticos-militares**" aos velhos "**chairmen**" arrisca bloquear qualquer progresso do movimento de libertação, tanto mais que o inimigo se prepara para recuperar o terreno, perdido ao lançar uma poderosa contra-ofensiva.

Os camponeses pobres, que constituem o grosso da guerrilha, interrogam-se, também eles. Porquê transportar armas pesadas às costas, a centenas de quilómetros no interior do país? Porquê aceitar trabalhar para os "**novos patrões**", que é evidente que têm a mesma côr de pele mas que exploram tanto ou mais do que o ocupante português?

O conflito que opõe os adeptos de N'Kavandame à direcção da FRELIMO é grave, e a relação de forças não é favorável ao "leader" maconde,

mas Mondlane, obcecado pela preocupação de manter a unidade do movimento, não quer resolver a questão de imediato. Espera convencer o velho "**combatente anticolonialista**".

O II Congresso da FRELIMO (20–25 de Julho de 1968) confirmará as teses de Mondlane, reeleito presidente do movimento com um grande número de responsáveis político-militares que irão integrar o novo Comité Central, alargado a quarenta membros. A velha guarda dos "notáveis" nem por isso desarmou. Mondlane decide então precipitar a sua partida ou reduzir os seus poderes.

Mas a 22 de Dezembro de 1968, o comandante Paulo Kankhomba, adjunto do chefe operacional das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), é assassinado. Os assassinos confessam que o instigador e o organizador do assassinato não passa do ex-dirigente político de Cabo Delgado. Objectivo da operação: afastar Mondlane e os seus próximos colaboradores da direcção do movimento. A 3 de Fevereiro de 1969, uma bomba mata Mondlane e, alguns dias mais tarde, o governo português pode anunciar o "**consenso espectacular**" de Lazaro N'Kavandame e dos seus fiéis lugares-tenentes.

O assassinato de Eduardo Mondlane é uma derrota na vitória dado que são as suas opções revolucionárias que acabarão por se impor ao conjunto do movimento nacionalista durante a reunião do Comité Central realizada de 11 a 21 de Abril de 1969. O inimigo, afirma-se aí, não é unicamente o ocupante português. São também os "**novos exploradores**".

O artesão do restabelecimento desta situação, que "**estabeleceu o equilíbrio e a confiança no comité central**", é Samora Machel, responsável pelo departamento de Defesa. De camada camponesa, Samora tem uma longa tradição familiar de resistência à opressão: os seus avós tinham chefiado os exércitos do célebre Maguiguana que, já sensível à ideia de guerra popular, tinha em vão tentado, no final do século passado, barrar a via ao ocupante estrangeiro.

Esta reivindicação de uma herança ancestral não o vai impedir de se impregnar dos teóricos clássicos das guerras populares contemporâneas — também eles filhos de camponeses da longínqua Ásia: Mao Tsé Tung e Giap, ao mesmo tempo que tinha em conta as condições específicas de Moçambique. A sua eleição para a presidência da FRELIMO, em Maio de 1970, consagra a vitória dos "**político-militares**" sobre os "**novos exploradores**". Afasta a institucionalização da burguesia mercantil em gestação e o desenvolvimento perverso de um capitalismo indígena que teria podido culminar num processo de descolonização parcial, numa independência concedida aos distritos "deserdados" do norte do Zambeze, hipótese considerada então pelo governo Caetano em estreita colaboração com o Malawi do Dr. Hastings Banda.

A luta armada pode então provocar a Revolução. Perante a poderosa ofensiva portuguesa "Nó Górdio" — (40.000 homens apoiados pela aviação e a marinha) — lançada pelo general Kaulza de Arriaga em 1970 contra as zonas libertadas de Cabo Delgado, Samora procederá a um desvio inicial para desgastar as forças inimigas.

Kaulza, «**que só encontrou o "vazio" na sua frente**», julga ter ganho a partida. Mas, dirá mais tarde o general Costa Gomes, chefe do estado-maior do exército português, esta "**foi a operação mais ruinosa da guerra**", a "**viragem decisiva**". Portugal tinha já perdido a guerra.

A 25 de Abril de 1974, o regime colonial de Caetano cai, vítima não de uma crise interna ou da degradação da economia portuguesa. "**Nós** (os movimentos de libertação das colónias portuguesas) **criámos as condições que culminaram não só na libertação do nosso país, mas também na do povo português**", afirma Samora Machel.

RESOLVER A CRISE

Com a "libertação" da cintura industrial das grandes cidades da Beira e Lourenço Marques (hoje Maputo), irá a FRELIMO encontrar um novo impulso apoiando-se numa ampla base operária, classe que deve desempenhar o seu papel na Revolução? A situação não é fácil porque existe um verdadeiro "**fosso**" entre estas regiões e o Centro e o Sul do país, nomeadamente com os grandes centros urbanos "**onde o inimigo continuou fisicamente presente até ao fim**". Estas populações que permanecem num estado de dependência psicológica sentem uma impressão de vertigem ao atingirem a liberdade de maneira demasiado súbita e sem terem tido que a arrancar. Samora não subestima este estado de coisas. O perigo de que esta sociedade inédita, onde "**o conjunto do modo de vida capitalista foi enterrado**" seja recuperada pelo inimigo, o sistema capitalista, onde ela arrisca afogar-se. Este perigo é, afirma, real. É pois preciso "**resolver a crise herdada do ocupante e terminar a destruição, já iniciada, dos aparelhos do Estado colonial** (para) **alargar o poder popular ao conjunto do país**". É necessária uma "**nova ferramenta, um partido de vanguarda, um partido marxista-leninista**".

Trata-se de saber como resolver o paradoxo de uma classe operária muito minoritária num país de predominância agrária — 90% da população activa são camponeses— e que tem contudo de se tornar classe dirigente nesta etapa da Revolução democrática e popular. A este problema, foi dada uma mesma resposta pelos Vietnamitas e os Moçambicanos: a direcção desta revolução deve pertencer à classe operária e a base deve ser contituida pela aliança operários-camponeses.

Antes da independência, a FRELIMO era um movimento essencialmente camponês dirigido por um "**cerne marxisante**". É na sequência da

derrota do exército de ocupação, com a libertação do Sul do país e a entrada em cena do proletariado das cidades, que a FRELIMO adquire as suas bases operárias. A questão de transformar a Frente num partido de vanguarda marxista-leninista tinha sido levantada por Mondlane na véspera do seu assassinato, e a primeira escola marxista era aberta em Janeiro de 1974, portanto antes do 25 de Abril. Primeiro criaram-se as pernas, os braços, o corpo e só depois se juntou a cabeça, quando a FRELIMO, tendo derrotado o exército colonial, institucionalizara o partido de vanguarda e se declarara "**marxista-leninista**" no III Congresso (Fevereiro de 1977).

OS BLOCOS DE CLASSES

Esta opção marxista-leninista não deveria surpreender aqueles que seguiram atentamente a história do movimento. O seu combate tem profundas raízes e vai buscar as suas fontes às guerras do final do século XX. Mas é sobretudo o fruto de uma estratégia precisamente definida no terreno, que conjuga a assimilação crítica dos clássicos modernos da guerra popular e o balanço das experiências de inspiração marxista dos "**países irmãos**" (Guiné-Bissau, Angola).

Procedendo assim, a FRELIMO distingue um corpo de **princípios específicos** cuja originalidade se começa hoje a ter em conta. Como afirmou Samora Machel, ao apresentar o relatório do Comité Central ao III Congresso, "**a orientação da FRELIMO far-se-á a partir da síntese das experiências revolucionárias do povo moçambicano com os princípios universais do marxismo-leninismo**".

A preocupação de autonomia dos Moçambicanos na família das forças anti-imperialistas, os seus aliados naturais, data da sua criação. Já em 1962 o programa do movimento afirma o princípio inabalável da independência e do não-alinhamento assim como a vontade de "**não se integrar num bloco militar e de proibir as bases militares estrangeiras no território nacional**". A própria fórmula de "**democracia popular**" utilisada por este III Congresso foi definida no programa do novo partido como "**a extensão a todo o país e a consolidação das estruturas do poder popular** (que) **tinham surgido durante a luta e se tinham enraizado nas zonas libertadas**".

A luta entre as duas linhas, que se travara antes e depois do II Congresso (1968), era já uma tradução da luta de classes ou melhor, para retomar uma formulação gramsciana, uma luta entre dois blocos de classes aliados: por um lado, a aliança operário-camponesa, por outro a aliança burguesa-feudal. Por um lado, aqueles que se batiam numa perspectiva revolucionária, por outro aqueles que queriam agarrar-se a uma independência puramente formal por meio de um compromisso duvidoso com o sistema colonial.

A estratégia samoriana de Moçambique independente deriva desta inserção do marxismo nas linhas de força de um projecto revolucionário de carácter profundamente nacional: "**A sociedade que edificámos nas zonas libertadas continua a ser o nosso único modelo, o nosso laboratório científico**". Mas, longe de se curvar sobre si mesma, a FRELIMO, faz hoje da República Popular de Moçambique a "**base revolucionária**" e a "**placa giratória**", necessária aos países conhecidos por "Linha da Frente" a fim de levar a cabo a libertação e a unidade do continente africano desembaraçando-o para sempre do odioso regime do apartheid.

Aquino de Bragança ■